



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



**PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL**



INSTITUTO NACIONAL DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO



RELATÓRIO

DE

GESTÃO DE 2009



Diretor-Presidente

Renato da Silveira Martini

Diretor de Infra-Estrutura de Chaves Públicas - DINFRA

Maurício Augusto Coelho

Diretor de Auditoria, Fiscalização e Normalização - DAFN

Pedro Paulo Lemos Machado

**Coordenador-Geral de Planejamento, Orçamento e
Administração**

Júlio César de Oliveira de Albuquerque Pereira

Procurador Chefe

André Pinto Garcia



Sumário

1. Identificação da Unidade	05
2. Gestão Orçamentária da Unidade	11
3. Recursos Humanos da Unidade	29
4. Reconhecimento de Passivos e Inscrição de Restos a Pagar	31
5. Transferências e Entidades Fechadas de Previdência	32
6. Projetos ou Programas Financiados com Recursos Externos	32
7. Renúncia Tributária	32
8. Informações sobre recomendações do TCU	32
9. Informações ao Controle Interno sobre Recursos Humanos	32
10. Declaração da área de Contratos e Convênios	33
11. Outras Informações consideradas relevantes	33
12. Declaração do Contador	37

**Identificação de Relatório de Gestão Individual**

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Casa Civil da Presidência da República			Código SIORG: 047388
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação			
Denominação abreviada: ITI			
Código SIORG: 047388	Código LOA: 20204	Código SIAFI: 243001	
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal			
Principal Atividade: Administração Pública em geral			Código CNAE: 8411600
Telefones/Fax de contato:	(61) 3424-3850 Fax:(61) 3424-3910	(61) 3424-3897	(61) 3424-3908
Endereço eletrônico: iti.gabinete@planalto.gov.br			
Página da Internet: http://www.iti.gov.br			
Endereço Postal: SCN Quadra 04 Bloco B Pétala D, sala 402 - Edifício Centro Empresarial Varig - CEP: 70714-900 - Brasília/DF - Brasil			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Criada por intermédio do art. 12, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, inicialmente vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, e posteriormente vinculado à Casa Civil da Presidência da República, através do Decreto nº 4.566, de 1º de janeiro de 2003, revogado pela Decreto nº 6.129, de 20 de junho de 2007. Sua estrutura está definida no Decreto nº 4.689, de 7 de maio de 2003.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 62 Aprova a versão 1.0 do documento Visão Geral sobre Assinaturas Digitais na ICP-Brasil, <i>publicado no D.O.U. de 13 de Janeiro de 2009.</i>			
Resolução nº 63 Aprova o Regimento Interno do Comitê Gestor da Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil), <i>publicado no D.O.U. de 03 de Abril de 2009.</i>			
Resolução nº 64 Aprova a execução de auditoria no ambiente operacional na Autoridade Certificadora raiz (AC RAIZ) e seus prestadores de serviço de suporte de INFRA - ESTRUTURA DE CHAVES PÚBLICAS BRASILEIRA no exercício de 2010, <i>publicado no D.O.U. de 16 de Abril de 2009.</i>			
Resolução nº 65 Aprova a Versão 2.0 do documento padrões e algoritmo criptográficos da ICP-BRASIL, e o plano de migração relacionado, <i>publicado no D.O.U. de 15 de Junho de</i>			



2009.

[Resolução nº 66](#) Aprova a Versão 3.1 dos requisitos mínimos para a declaração de práticas de certificação das autoridades certificadoras da ICP-Brasil, *publicado no D.O.U. de 15 de Junho de 2009.*

[Resolução nº 67](#) Aprova a Versão 3.1 dos requisitos mínimos para a declaração de práticas de certificação das autoridades certificadoras da ICP-Brasil, *publicado no D.O.U. de 15 de Junho de 2009.*

[Resolução nº 68](#) Altera os prazos contidos no plano de adoção de novos padrões criptográficos - Anexo II da Resolução Nº 65, *publicado no D.O.U. de 21 de Outubro de 2009.*

[Resolução nº 69](#) Aprova a versão 1.1 dos normativos de carimbo de tempo da ICP-Brasil, *publicado no D.O.U. de 10 de Novembro de 2009.*

[Resolução nº 70](#) Aprova a versão 4.2 DOC-ICP-03, *publicado no D.O.U. de 20 de Novembro de 2009.*

[Resolução nº 71](#) Altera o prazo da Resolução 62 REF DOC-ICP-15, *publicado no D.O.U. de 20 de Novembro de 2009.*

[Resolução nº 72](#) Aprova a versão 4.0 dos critérios e procedimentos para realização de auditorias nas entidades da ICP-BRASIL, *publicado no D.O.U. de 20 de Novembro de 2009.*

[Retificação da Resolução nº 72](#) substitui o publicado no D.O.U. de 20 de Novembro de 2009.

Instrução Normativa

[IN nº 01-2009](#) Aprovação da versão 1.0 do DOC-ICP-15.01 [IN nº 01-2009](#) Retificação

[IN nº 02-2009](#) Aprovação da versão 1.0 do DOC-ICP-15.02

[IN nº 03-2009](#) Aprovação da versão 1.0 do DOC-ICP-15.03

[IN nº 03-2009](#) Retificação

[IN nº 04-2009](#) Aprovação da versão 2.0 do DOC-ICP-04.01

[IN nº 05-2009](#) Dispõe sobre os critérios para atualização da cadeia de certificados no repositório da AC Raiz

[IN nº 06-2009](#) Aprova a versão 2.1 do DOC-ICP-04.01 Atribuição de OID na ICP- Brasil

[IN nº 07-2009](#) Aprova. V2.0 DO ADE-ICP-08.A e B, e V1.0 do ADE-ICP-08.C, D, E, F, G e H

[Portaria nº 07](#), de 16 de Fevereiro de 2009. Instituir o Comitê Estratégico de Tecnologia da Informação, no âmbito do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação.

Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada

Revista Cidadania Digital - produzida no primeiro semestre de 2009.

Revista Assinatura do Futuro - Produzida no primeiro semestre de 2009.

Vídeos do ITI na rede



Eventos:

7ºCertForum - Etapa Porto Alegre / 02 de Julho de 2009.

7ºCertForum - Etapa São Paulo / 04 de Agosto de 2009.

Abertura do I Encontro Nacional de Software Público Brasileiro / 27 de outubro de 2009.

7ºCertForum - Etapa Brasília / 01 de Outubro de 2009.

Debate sobre segurança da informação em ambientes móveis / 13 de Agosto de 2009.

Arquivo do ITI na Mídia

30.12.2009 - Conseg: Tecnologia da Informação é prioridade no governo

30.12.2009 - Certificação Digital

30.12.2009 - Vídeo sobre software livre produzido pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI)

30.12.2009 - Brazil Extends Microsoft Challenge With Global Group (Update3)

16.12.2009 - Evento do Software Público em Brasília recebe destaque da comunidade de Software Livre

15.12.2009 - 7º CertForum - etapa Belém

14.12.2009 - Fórum de Certificação Digital

14.12.2009 - Windows Incorpora Novo Certificado Raiz da ICP-Brasil

14.12.2009 - Certificação Digital

14.12.2009 - Certificação Digital na pauta do Mercosul

02.12.2009 - Conselho Federal de Medicina se prepara para produzir assinatura digital dos médicos

27.11.2009 - Belém recebe última etapa do 7º Certforum no dia 16 de Novembro

26.11.2009 - Acordo entre Microsoft e ITI reforça segurança na web

26.11.2009 - Microsoft e ITI fecham acordo de cooperação para facilitar a navegação em sites seguros

26.11.2009 - Parceria torna Internet Explorer compatível com ICP-Brasil

26.11.2009 - ITI e Microsoft fecham acordo para inserir certificados da ICP-Brasil

26.11.2009 - MS adota padrão ICP-Brasil para IE

16.11.2009 - Entendendo a Certificação Digital

16.11.2009 - Modelo de certificação brasileiro é apresentado na França

16.11.2009 - STF: petição eletrônica somente com certificação digital ICP-Brasil

10.11.2009 - Prefeituras ganham software público para qualificar a gestão municipal

10.11.2009 - STF: petição eletrônica com certificação digital



- 10.11.2009 - ITI apoia Congresso sobre Governança de TI
- 10.11.2009 - RJ será piloto para o RIC
- 09.11.2009 - ITI coloca em consulta Manuais de condutas para homologação de carimbo de tempo e software
- 09.11.2009 - Consulta pública define Carimbo de Tempo para certificação
- 09.11.2009 - Uso do Certificado Digital no relacionamento com a RFB - IN969
- 09.11.2009 - Workshop discute nesta quinta (05) uso de documentos eletrônicos no Judiciário brasileiro
- 30.10.2009 - Projudi do Paraná só com certificado digital
- 23.10.2009 - Aprenda mais sobre o uso no Windows de certificados digitais vinculados à ICP-Brasil
- 23.10.2009 - Certificação Digital: Microsoft e ITI selam acordo em novembro
- 23.10.2009 - Nova carteira de identidade terá dois chips
- 23.10.2009 - Sefaz orienta produtores rurais sobre NF Eletônica
- 23.10.2009 - Certificado Digital
- 16.10.2009 - IDETI debate normas e riscos em TI
- 13.10.2009 - Tire sua certificação digital!!
- 08.10.2009 - RIC, a nova identidade do brasileiro, terá dois chips
- 08.10.2009 - RIC: À espera do decreto para criar base nacional de dados
- 08.10.2009 - RIC poderá substituir a emissão de passaportes
- 08.10.2009 - PF: RIC não será um 'Big Brother'
- 08.10.2009 - RIC: Aproveitamento do legado tecnológico é essencial
- 08.10.2009 - Sem RIC, brasileiro será um "subcidadão"
- 08.10.2009 - TSE substituirá título de eleitor pelo Registro de Identidade Civil
- 08.10.2009 - 'Negócio de banco é tecnologia, não dinheiro', diz executivo
- 07.10.2009 - A Procuradoria do Estado do Ceará entra definitivamente no mundo da certificação digital
- 07.10.2009 - Fortalecimento da Cidadania é palavra chave para entender o RIC
- 07.10.2009 - Parceria entre o Fisco e os contadores é fortalecida
- 07.10.2009 - Prefeitura adere à Certificação Digital
- 07.10.2009 - Termina hoje Congresso de Cidadania Digital
- 07.10.2009 - RIC: Aproveitamento do legado tecnológico é essencial
- 30.09.2009 - Governo debate o uso da certificação digital e novo registro civil
- 10.08.2009 - Ofício Eletrônico e Penhora Online - Arisp na vanguarda
- 10.08.2009 - Presidente do ITI: em 5 anos o país vai gerar documento eletrônico e



eliminar papel

31.07.2009 - São Paulo recebe fórum de certificação digital

31.07.2009 - Associação Comercial de Santos e Certisign firmam parceria para emissão de certificados digitais na região

30.07.2009 - São Paulo recebe fórum de certificação digital

22.07.2009 - Mercosul Digital criará software para ID

14.07.2009 - Certificação digital. Confiar ou não?

11.07.2009 - Entendendo a Certificação Digital

06.07.2009 - Banrisul na ponta dos dedos

29.06.2009 - ITI se adequa a IN nº 4 e cria Comitê para definir Plano Diretor

26.06.2009 - Ressarcimento ao SUS passa a ser feito por via eletrônica

04.06.2009 - Fórum de TI Banrisul discute certificação digital

02.06.2009 - Banrisul e Instituto Nacional de TI promovem fórum sobre a certificação digital

26.05.2009 - Fenacor marcou presença no 7º CertForum

20.05.2009 - Repositório agiliza instalação de certificados digitais

19.05.2009 - Experiência Paulista na implantação de projetos de Certificação Digital será apresentada no Rio de Janeiro na primeira etapa do 7º CERTFORUM

19.05.2009 - Rio passará a ter assinatura virtual em documentos

18.05.2009 - Brasil usa poucas certificações, diz fórum

17.04.2009 - SP regulamenta penhora online

07.04.2009 - Justiça do Trabalho capacita advogados

02.04.2009 - Governo assina protocolo com Instituto de Tecnologia

27.03.2009 - Detran de Minas Gerais inova no uso da certificação digital

27.03.2009 - Promotores de Justiça vão ganhar notebooks com certificação digital

25.03.2009 - Workshop discute uso de documentos eletrônicos

25.03.2009 - Workshop discutirá uso de documentos eletrônicos na Justiça brasileira

19.03.2009 - Seminário sobre certificação digital em POA

17.03.2009 - Receita anuncia emissão de CPF em tempo real

16.03.2009 - Relatório de situação fiscal pode ser acessado pelo site da Receita

06.03.2009 - Receita Federal: NFe já movimentou quase R\$ 2 trilhões

28.02.2009 - Contribuinte pode declarar imposto a partir de segunda

26.02.2009 - Poder Judiciário de Mato Grosso realiza primeira videoaudiência

23.02.2009 - Aberto o processo de adesão ao sistema de Registro Eletrônico de



Saúde

- 20.02.2009 - Servidores são capacitados para operar Diário Eletrônico
- 19.02.2009 - ITI cria comitê para gerenciar compras de bens e serviços de TI
- 12.02.2009 - País emitiu 10 milhões de certificados digitais nos últimos dois anos
- 12.02.2009 - Tecnologia é essencial para enfrentar a crise
- 11.02.2009 - Receita deixa de exigir recibo em declaração do IRPF
- 11.02.2009 - Diário da Justiça Eleitoral já está disponível na internet
- 10.02.2009 - Certificado digital, tecnologia que veio para ficar
- 04.02.2009 - Fenacon e ITI discutem futuro da Certificação Digital
- 04.02.2009 - OAB/AC inicia o processo de certificação digital
- 30.01.2009 - Maceió ganha ponto de certificação digital
- 30.01.2009 - Recadastramento é adiado para julho
- 26.01.2009 - Advogados têm até dia 31 para fazer a substituição do cartão de identidade
- 22.01.2009 - ODF 1.2 suportará assinatura digital compatível com a ICP-Brasil
- 21.01.2009 - ICP-Brasil normatiza padrões de assinatura digital
- 21.01.2009 - SPED: O caminho para a modernidade
- 20.01.2009 - TRF5: sistema de certificação digital introduzido na Justiça Federal da Região
- 11.01.2009 - Nota eletrônica avança nas empresas
- 07.01.2009 - OAB: carteiras profissionais serão substituídas
- 08.01.2009 - TJAC institui Diário da Justiça Eletrônico
- 01.01.2009 - Governo brasileiro aposta na tendência

Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada**Unidades Gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada**

Código SIAFI	Nome
243001	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada

Código SIAFI	Nome
24208	Instituto Nacional de Tecnologia da Informação

Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões

Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
243001	24208

2 - Informações sobre a gestão orçamentária da Unidade

2.1 Responsabilidades institucionais da unidade

I - Competência

A [Medida Provisória](#) 2.200-2 de 24 de agosto de 2001 deu início à implantação do sistema nacional de certificação digital da ICP-Brasil. O Brasil passou a possuir uma infraestrutura pública, mantida e auditada por um órgão público, no caso, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, que segue regras de funcionamento estabelecidas pelo [Comitê Gestor da ICP-Brasil](#), cujos membros são nomeados pelo Presidente da República, entre representantes dos poderes da República, bem como, de segmentos da sociedade e da academia, como forma de dar estabilidade, transparência e confiabilidade ao sistema.

O certificado digital da ICP-Brasil, além de personificar o cidadão na rede mundial de computadores, garante, por força da legislação atual, validade jurídica aos atos praticados com seu uso. A certificação digital é uma ferramenta que permite que aplicações, como comércio eletrônico, assinatura de contratos, operações bancárias, iniciativas de governo eletrônico, entre outras, sejam realizadas. São transações feitas de forma virtual, ou seja, sem a presença física do interessado, mas que demandam identificação inequívoca da pessoa que a está realizando pela Internet.

Compete ainda ao ITI estimular e articular projetos de pesquisa científica e de desenvolvimento tecnológico voltados à ampliação da cidadania digital. Nesse vetor, o ITI tem como sua principal linha de ação a popularização da certificação digital e a inclusão digital, atuando sobre questões como sistemas criptográficos, software livre, hardware compatíveis com padrões abertos e universais, convergência digital de mídias, entre outras.

II - Objetivos estratégicos

Manter a **Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira** - [ICP-Brasil](#), sendo a primeira autoridade da cadeia de certificação - AC Raiz e promover a massificação da Certificação Digital ICP-Brasil.

2. Estratégias de atuação frente às responsabilidades institucionais

I - Análise do plano estratégico da unidade

A massificação da certificação digital ICP-Brasil na sociedade brasileira se dará através do desenvolvimento de ações e projetos inseridos em quatro eixos principais:

I - Sensibilização e Capacitação em Certificação Digital ICP-Brasil;

II - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP-Brasil;



III - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP-Brasil e

IV - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP-Brasil.

II - Plano de ação do exercício

Os quatro eixos principais das ações que visam a massificação da Certificação Digital da ICP-Brasil são:

Eixo I - Sensibilização e Capacitação: A Sensibilização tem por objetivo esclarecer à sociedade brasileira em geral “o que é a certificação digital, para que serve, onde e como usá-la, bem como os benefícios e responsabilidades advindas de seu uso. A Capacitação tem por objetivo o desenvolvimento de profissionais qualificados para desenvolver e operar os sistemas responsáveis pelo ciclo de vida dos certificados digitais ICP-Brasil, assim como, de profissionais qualificados para desenvolver e dar suporte às aplicações que façam uso da certificação digital ICP-Brasil.

Eixo II - Fomento a Aplicações que façam uso da Certificação Digital ICP-Brasil: tem por objetivo estimular o desenvolvimento e a implantação de aplicações que façam uso da certificação digital ICP-Brasil nos setores público e privado brasileiros.

Eixo III - Operação do Sistema Nacional de Certificação Digital ICP-Brasil: tem por objetivo garantir o pleno e perfeito funcionamento da Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP-Brasil e ampliar a ICP-Brasil de modo a proporcionar maior capilaridade pelo País, o que é necessário para prover acesso aos certificados digitais ICP-Brasil por todo e qualquer cidadão brasileiro.

Eixo IV - Evolução Tecnológica da Certificação Digital ICP-Brasil: tem por objetivo garantir que a Certificação Digital ICP-Brasil acompanhe a evolução tecnológica de modo a assegurar aos seus usuários o estado-da-arte em segurança da informação e, por conseguinte, segurança jurídica às transações e documentos eletrônicos.

As ações e projetos inseridos nos eixos visam garantir ao cidadão brasileiro:

- a) conhecimento sobre o uso e benefícios da certificação digital ICP-Brasil;
- b) acesso ao certificado digital ICP-Brasil; e
- c) segurança técnica e jurídica dos certificados digitais ICP-Brasil.

2.3 Programas sob a responsabilidade de unidade

I - Relação dos programas e suas principais ações



Programa: 1109 - Massificação da Certificação Digital - Garantir às transações e documentos eletrônicos a necessária segurança técnica e jurídica por meio do emprego massificado do uso de certificados digitais ICP - Brasil.

2.3.1 Ações: Finalísticas

a) Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil

Ação:		Funcionamento da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil		
Área responsável pela ação:		Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas - Coordenação Geral de Operações		
Metas Físicas (Certificado emitido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RAP
6	3	7.365.001	4.794.678	1.470.323

Essa ação tem como objetivo disseminar o uso da certificação digital na Administração Pública e no conjunto da sociedade brasileira, bem como também manter e operacionalizar todas as atividades da Autoridade Certificadora Raiz da ICP - Brasil.

Trata-se de uma ação nevrálgica para o ITI, estando nela abrigada grande parte das principais atividades finalísticas deste Instituto.

A previsão inicial de emissão certificados digitais para Autoridades Certificadoras, subordinadas à AC Raiz (AC Raiz V1) contemplava o seguinte cronograma:

- a) Até Janeiro/2009 - AC CAIXA PF E AC CAIXA PJ
- b) Até Fevereiro/2009 - AC SERPRO
- c) Até Junho/2009 - AC JUS
- d) Até Novembro/2009 - AC IMESP e
- e) Até Dezembro/2009 - emissão de certificado para uma possível nova Autoridade Certificadora.

As emissões de certificados das AC CAIXA PF e AC CAIXA PJ permaneceram pendentes e não houve emissão de certificado para nova autoridade certificadora.

Com relação à execução do orçamento financeiro alocado à ação, informamos que foi utilizado o total de créditos disponíveis, uma vez que estão inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 1.470.323,37 (hum milhão, quatrocentos e setenta mil, trezentos e vinte e três reais e sete centavos) que abrangem despesas com o Laboratório de Ensaios e Auditoria - LEA - da ICP-Brasil, investimentos em equipamentos para implantação da Entidade de Auditoria do Tempo da ICP-Brasil, bem como despesas de custeio.

A diferença de R\$ 1.100.000,00 (hum milhão e cem mil reais) não foi possível



de ser utilizada por falta de tempo hábil para gestões visando a obtenção de limite, assim como para a tomada de providências licitatórias, pois esse valor foi disponibilizado somente no dia 30.12.2009, tendo em vista sua aprovação pela Lei 12.178, de 29.12.2009, que autorizou a suplementação de créditos na ordem de R\$ 1.600.000,00 (hum milhão e seiscentos mil reais), sendo R\$ 900.000,00 (novecentos mil reais) para custeio e R\$ 700.000,00 (setecentos mil reais) para investimentos.

Em termos de investimentos, vale registrar que o Comitê Gestor da ICP-Brasil aprovou em novembro de 2008 um conjunto de resoluções (58 a 62) que regulamentam o Sistema de Carimbo do Tempo da ICP-Brasil. Tal sistema tem o ITI como a Entidade de Auditoria de Tempo - EAT, portanto, órgão raiz da cadeia de certificação do tempo para a ICP-Brasil. Nesse papel cabe ao ITI propagar e auditar a hora legal brasileira obtida a partir do Observatório Nacional e disseminada às Autoridades Certificadoras de Tempo - ACTs, estas últimas, credenciadas e auditadas pelo ITI e responsáveis pela emissão dos carimbos do tempo para a sociedade em geral. Para tanto, foram necessários investimentos para a infra-estrutura do Carimbo de Tempo (hardware e software), que consumiram recursos da ordem de R\$ 907.931,80.

em R\$ 1

Demanda	Investimento previsto para 2009	Orçamento utilizado em 2009
Infra-estrutura de Carimbo de Tempo	1.500.000	907.931,80

b) Desenvolvimento e Implementação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz da ICP-Brasil

Ação:	Desenvolvimento e Implementação do Criptossistema da Autoridade Certificadora Raiz ICP-Brasil				
Área responsável pela ação:	Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas				
Metas Físicas (Sistema Implantado/ % de execução física)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)			
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RAP	
14	10	226.000	55.361	0	

A ação visa desenvolver criptossistemas em código aberto com tecnologia nacional, por meio de convênios com Universidades, Institutos de Pesquisa e outros órgãos



públicos com expertise na matéria.

Em Outubro/2009 foi celebrado Convênio com Universidade de Santa Catarina para aprimoramentos e melhorias no SGC - Sistema de Gerência de Certificados e do criptossistema no valor total de R\$ 316.400,00 (Trezentos e dezesseis mil e quatrocentos reais), a ser desenvolvido no período de outubro/2009 a outubro/2010. Nesse período foi repassado o valor de R\$ 176.000,00 (cento e cinquenta mil reais), sendo R\$ 150.000,00 para *desenvolvimento de Softwares SGC Ywapa e SGC Ywyrá* e R\$ 26.000,00 para o *padrão brasileiro de assinatura digital*. Em Dezembro foi disponibilizada a versão 1.1. do Sistema de Certificados da AC Raiz (SGC versões Ywapa e Ywyrá). Novas versões estarão disponíveis até outubro/2010.

A ação atingiu um patamar de execução física da ordem de 72% e 24,50% de execução financeira em relação ao realizado, porém considerando-se o repasse de R\$ 176.000,00 a execução financeira alcançaria o percentual de 77,88%.

c) Apoio à Formação Especializada Superior em Certificação Digital ICP-Brasil

Ação:		Apoio à Formação Superior em Certificação Digital ICP-Brasil		
Área responsável pela ação:		Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas		
Metas Físicas (Curso produzido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RAP
	0	0	0	0

A finalidade desta ação é fomentar o oferecimento pelas instituições de ensino superior brasileiras de cursos de especialização e/ou pós-graduação *latu sensu* e e/ou *strictu sensu* em certificação digital ICP - Brasil.

Trata-se de ação sem alocação orçamentária, o que inviabilizou a execução do projeto.

d) Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto

Ação:		Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto	
Área responsável pela ação:		Presidência - CDTC - Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento	
Metas Físicas (Sistema desenvolvido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)	



Ação:		Apoio ao Desenvolvimento de Sistemas em Software Aberto		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
1	1	149.000	0	0

O objetivo desta ação é apoiar o desenvolvimento e qualificação de sistemas e programas abertos voltados à certificação digital, buscando superar a substituição dos legados proprietários.

Foi concluído o desenvolvimento do Sistema de Feira Virtual para uso do Ministério da Agricultura. O sistema foi desenvolvido em parceria com a UNB e teve início em 2008, com recursos aportados nos dois exercícios 2008-2009. O desenvolvimento do sistema exigiu a qualificação de técnicos e usuários na utilização de software livre voltados à certificação digital.

No exercício foram transferidos recursos da ordem de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais) para a Fundação Universidade de Brasília - FUB.

A meta física foi plenamente cumprida, enquanto a execução financeira alcançou o percentual de 67,11%, se considerado o repasse de R\$ 100.000,00 para a FUB.

e) Capacitação Técnica em Certificação Digital

Ação:		Capacitação Técnica em Certificação Digital		
Área responsável pela ação:		Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas		
Metas Físicas (Pessoa capacitada/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
90	0	70.000	0	0

A finalidade desta ação é capacitar servidores, funcionários públicos e cidadãos comuns em certificação digital, com foco no uso e suporte técnico para o uso e emissão de certificados digitais da ICP - Brasil.

Durante o ano de 2008 foram realizadas duas turmas piloto para avaliação da proposta de administração de cursos à distância para agentes de registro ICP-Brasil, via CDTC - Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento

No entanto os resultados não atingiram o patamar de qualidade esperado, visto que o padrão de cursos oferecidos pelo CDTC, até então, ser voltado para capacitação técnica em utilitários de informática e linguagens de programação, ao passo que os cursos de agentes de registros, também de natureza técnica, envolvem outras temáticas, como segurança da informação, direito civil, comercial, etc.



Assim, optou-se por apenas disponibilizar o conteúdo do treinamento às Acs - Autoridades Certificadoras que aplicariam, por conta própria, o curso para os interessados, medida esta que não demandou recursos orçamentários e financeiros.

f) Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público

Ação:		Apoio ao Projeto de Aplicações com Suporte à Certificação Digital ICP - Brasil no âmbito do Setor Público		
Área responsável pela ação:		Diretoria de Infra-Estrutura de Chaves Públicas - Coordenação Geral de Operações		
Metas Físicas (Projeto decidido/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
2	2	0	0	0

Trata-se de ação sem alocação orçamentária.

O Instituto apoiou, no período, os seguintes projetos: RIC - Registro Único de Identificação Civil e COD - Certificado de Origem Digital. O primeiro trata dos requisitos para emissão de novos documentos de identidade civil, em âmbito nacional, tendo como principal articulador o Ministério da Justiça.

O segundo projeto trata da emissão de documentos digitais para comprovação da origem de materiais comercializados no âmbito internacional, sujeitos a regimes tributários especiais, tendo o MDIC - Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio como principal articulador e o ITI como prestador de esclarecimentos e apoio técnico para o uso da certificação digital.

g) Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital

Ação:		Fiscalização e Auditoria dos Prestadores de Serviço de Certificação Digital		
Área responsável pela ação:		Diretoria de Auditoria, Fiscalização e Normalização - Coordenação Geral de Auditoria e Fiscalização		
Metas Físicas (Relatório elaborado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
86	77	140.000	79.779	0



A determinação para Auditar, Fiscalizar e Normalizar as atividades e entidades que compõem a ICP-Brasil assume um papel relevante para a consolidação da Certificação Digital no País e contribui para o atingimento dos objetivos estratégicos de sua criação.

Através de ação de Auditoria e Fiscalização nos Prestadores de Serviço de Certificação - PSC's, é feita a verificação do cumprimento das políticas, diretrizes e normas definidas pelo Comitê Gestor da ICP Brasil (CG/ICP-Brasil). Essas ações são divididas em:

- Auditorias Pré-Operacionais e Operacionais,
- Fiscalizações e Análise, Avaliação e aprovação de planos e relatórios de auditorias realizadas por terceiros, que juntas proporcionam a elevação dos níveis de qualidade e dos níveis de segurança nas operações eletrônicas e processos manuais, através da verificação dos procedimentos operacionais e tecnológicos adotados pelos PSC's.

Para o exercício de 2009 foram estabelecidas as metas abaixo com o objetivo de garantir as competências e atribuições institucionais da Auditoria e Fiscalização, e transmitir confiança à comunidade de usuários dos serviços de Certificação Digital no Brasil, por meio de auditorias e fiscalizações nos PSC's.

ATIVIDADES DE AUDITORIA E FISCALIZAÇÃO	UNIDADES CONTROLADAS
AUDITORIA OPERACIONAL EM AC's	5
FISCALIZAÇÕES EM AC's E AR's	20
AUDITORIA PRÉ-OPERACIONAL DE AC's	1
AUDITORIA PRÉ-OPERACIONAL DE AR's	35
AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PLANOS E ANÁLISE DE RELATÓRIOS DE AUDITORIAS OPERACIONAIS	25
TOTAL	86

As Auditorias Operacionais anuais em AC's de 1º nível são agendadas anualmente e revisadas trimestralmente e as Fiscalizações realizadas a qualquer tempo mediante um planejamento trimestral, já as Auditorias Pré-Operacionais em AC's e AR's são realizadas sob demanda, conforme solicitação de credenciamento desses PSC's na ICP-Brasil.

A Avaliação e Aprovação de Planos e Análise de Relatórios de Auditorias Operacionais são realizadas por demanda, entretanto, são estimadas em função da quantidade de PSC's sujeitas às Auditorias Operacionais, sendo contabilizadas por análise e não pela quantidade de PSC's constantes das análises.

**RESULTADO DAS FISCALIZAÇÕES E AUDITÓRIAS DOS PSC's
QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS ALCANÇADOS**

TIPO DE ATIVIDADE (a)	PREVISTO (b)	REALIZADO (c)	(c/b)
AUDITORIA OPERACIONAL EM AC's	5	2	40%
FISCALIZAÇÕES EM AC's E AR's	20	0	0%
AUDITORIA PRÉ-OPERACIONAL DE AC's	1	1	100%
AUDITORIA PRÉ-OPERACIONAL DE AR's	35	35	100%
AVALIAÇÃO E APROVAÇÃO DE PLANOS E ANÁLISE DE AUDITÓRIAS OPERACIONAIS	25	39	156%
TOTAL	86	77	89%

A dotação disponibilizada para esta funcional programática era de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), mas foi reduzida em 30% - para R\$ 140.000,00 (cento e quarenta mil reais) - em função de ter sido ofertada como crédito suplementar em outra funcional programática do Instituto. Assim, a execução física alcançou o percentual de 89%, enquanto a execução financeira atingiu o patamar de 56,98%.

A Diretoria apresentou, em 23.11.2009, pedido de abertura de processo de licitação, prevendo a utilização do saldo existente, no entanto não houve tempo hábil para a consecução do processo licitatório, que permitiria empenhar o valor ainda naquele ano.

h) Ações de Informática

Ação:		Informática		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
0	0	340.000	130.471	203.250

Esta Ação é nova no Orçamento Federal, tendo a finalidade de proporcionar recursos relacionados à área de informática, que contribuam para manutenção e aperfeiçoamento das atividades desenvolvidas pela Administração Pública Federal.

A execução financeira da ação atingiu o patamar de 98,15%.

**j) Publicidade de Utilidade Pública**

Ação:		Publicidade de Utilidade Pública		
Área responsável pela ação:		Presidência - Assessoria de Comunicação		
Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
0	0	105.000	0	0

A utilização deste crédito é prevista para eventuais comunicações emergenciais ao público, visto que o ITI administra uma plataforma de segurança, conhecida como *Hard Secure Mode* (HSM), que mantém em funcionamento todo o serviço de certificação digital brasileiro. Em face da necessidade de informar à população e aos segmentos interessados sobre qualquer problema no seu funcionamento, foi necessário planejar um valor mínimo para esses imprevistos.

Outros gastos com Comunicação foram apropriados em rubricas mais adequadas, tais como a execução da Revista Digital, publicação informativa sobre o estado-da-arte da Certificação Digital Brasileira, cuja despesa foi apropriada no Programa de Trabalho de Gestão e Administração, nas ações Produção Jornalística e Serviços Gráficos e Editoriais, sendo gastos R\$ 18.900,00 e R\$ 4.899,98, respectivamente.

No período não houve situações emergenciais que justificassem o uso de tais recursos.

2.3.2. Ações: Despesas com benefícios aos servidores, empregados e/ou dependentes**a) Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais**

Ação:		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
0	0	30.982	17.897	0



Foi projetado um acréscimo na previsão financeira, para possíveis aumentos no quadro de servidores requisitados para o ITI, além de reajustamento dos valores comissionados.

A execução financeira atingiu o percentual de 57,76%.

b) Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Ação:		Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
13	0	1000	0	0

A inclusão desta ação, visou somente a possibilidade de alteração do Plano Plurianual - PPA 2008/2010. Os valores desse crédito para 2009 são apenas simbólicos e não deveriam ser objeto de execução orçamentária. Conforme orientações da SOF, a execução de despesas com exames periódicos em 2009,, excepcionalmente, deveriam ser executadas na Ação 2000 - Assistência Médica e Odontológica a Servidores, Empregados e seus Dependentes.

c) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Ação:		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (pessoa beneficiada/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
4	5	3.162	2.562	0

A execução física e financeira desta ação atingiu os percentuais de 125% e 81,02% respectivamente, ficando dentro da previsão esperada.

d) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados



Ação:		Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (criança de 0 a 6 anos atendida/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
2	1	2.280	71	0

O orçamento desta ação foi feita com base no atendimento a duas crianças, sendo que uma delas perdeu o benefício em função da idade e a outra adquiriu o direito de percepção somente a partir de dezembro/2009.

A execução física e financeira desta ação atingiu os percentuais de 50% e 3,11% respectivamente, ficando dentro da previsão esperada.

e) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Ação:		Auxílio Transporte aos Servidores e Empregados		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
5	4	4.500	3.423	0

A execução física e financeira desta ação alcançaram os percentuais de 80% e 76,07% respectivamente, ficando dentro da previsão esperada.

f) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

Ação:		Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (servidor beneficiado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
19	17	36.000	34.285	0



A execução física e financeira desta ação atingiu os percentuais de 89,47% e 95,24% respectivamente, ficando dentro da previsão esperada.

g) Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Ação:		Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (servidor capacitado/unidade)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
21	11	56.000	18.697	3.720

O percentual de execução física é da ordem de 53% e de execução financeira, considerado o RPA, é de 38,24%.

Foram treinados 11 servidores em 2009, sendo que três servidores estavam inscritos no “Curso sobre Retenções Tributárias” em 2009, mas o curso foi adiado pela empresa promotora e somente ocorreu no final de Janeiro/2010.

2.3.3. Gestão e Administração do Programa

Ação:		Gestão e Administração do Programa		
Área responsável pela ação:		Coordenação Geral de Planejamento, Orçamento e Administração		
Metas Físicas (-/-)		Metas Financeiras (Em R\$ 1)		
Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	RPA
0	0	9.348.208	7.961.642	650.401

A execução financeira da ação alcançou o percentual de 92,13%, considerados os valores inscritos em Restos a Pagar.

2.4 Desempenho Operacional

I - Evolução das receitas próprias e despesas

No exercício de 2009, o Instituto auferiu em receitas próprias de certificação de produtos e serviços o valor de R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais). Houve uma evolução em relação a 2008 da ordem 100%.

As despesas, por sua vez, apresentaram incremento de 11% em 2009, visto que em 2008 as despesas somaram R\$ 13.870.096,00 (Treze milhões, oitocentos e noventa e seis mil reais) enquanto em 2009 esse valor alcançou a cifra de R\$ 15.371.201,00 (Quinze milhões, trezentos e setenta e hum mil, duzentos e hum reais).

II - Indicadores de desempenho

Os indicadores de desempenho adotados pelo Instituto buscam dimensionar a massificação digital por capilaridade e por perfil de usuário. Os índices e taxas foram construídos de forma evidenciar o crescimento da massificação digital em cada nível. No entanto, a apuração desses indicadores se revelou impraticável, em função da dificuldade de obtenção de dados confiáveis, a saber:

a) “Índice Nacional de Cobertura da ICP-Brasil”, que é o número de municípios brasileiros atendidos por ao menos uma instalação técnica de Autoridade de Registro credenciada no âmbito da ICP-Brasil dividido pelo total de municípios brasileiros.

O índice foi construído para dimensionar a capilaridade do serviço em termos nacionais. No entanto, a disponibilidade do serviço pode ocorrer ainda que determinado município não conte com uma Autoridade de Registro, pois existe a possibilidade de credenciamento de Agentes de Registro para atuarem no atendimento a municípios próximos ou até mesmo a nível nacional, como ocorre com os funcionários do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal.

Portanto o índice, como concebido atualmente, indica de forma muito parcial a verdadeira cobertura da ICP-Brasil a nível nacional.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador, valendo-se da nova metodologia disponibilizada pela SPI.

b) “Taxa de Empresas Privadas Usuárias de Certificados Digitais ICP-Brasil”, que é o número de empresas privadas (pessoas jurídicas de direito privado formais) usuárias de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total de empresas privadas (pessoas jurídicas de

direito privado formais) existentes no País.

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito empresarial, no entanto dificuldades para obter, de forma confiável, o total de empresas privadas operacionais existentes no país, somado à dependência de informação de dados das Autoridades Certificadoras, inviabilizaram a apuração do índice.

Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que as obrigue a fornecer tais informações.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador, valendo-se da nova metodologia disponibilizada pela SPI.

c) “Taxa de Servidores e Funcionários Públicos Federais Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil”, que é o número de servidores e funcionários públicos federais usuários de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total de servidores e funcionários públicos federais da ativa.

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito do funcionalismo público federal, no entanto dificuldades para obter o total de servidores e funcionários públicos, cujas funções possam exigir o uso de certificados digitais e a obtenção do número de certificados emitidos para servidores e funcionários públicos inviabilizaram a apuração do índice de forma acurada.

Estima-se que até 2009 foram emitidos 146.322 certificados digitais para servidores e funcionários públicos.

Além disso, como evidenciado no indicador anterior o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão de certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que as obrigue a fornecer tais informações.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador, valendo-se da nova metodologia disponibilizada pela SPI.

d) “Taxa de Usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) Usuários de Certificados Digitais ICP-Brasil”, que é o número de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais) usuários de certificados digitais ICP-Brasil dividido pelo total estimado (IBOPE/Net Ratings) de usuários da Internet no Brasil (pessoas naturais).

O índice foi construído para indicar o crescimento do uso da certificação digital no âmbito de usuários da Internet (pessoas naturais), no entanto dificuldades para definir o



total de usuários que se valem da certificação digital inviabilizaram a apuração do índice.

Estima-se que até 2009 tenham sido emitidos 438.966 certificado digitais para usuários de internet.

Vale registrar que o ITI apenas emite certificados para as Autoridades Certificadoras de 1º nível e não tem atuação na emissão certificados para o usuário final. A quantidade de certificados emitidos por perfil de usuário somente poderia ser fornecido pelas Autoridades Certificadoras, no entanto não há norma que as obrigue a fornecer tais informações.

Estão sendo iniciados estudos para definição de novo indicador, valendo-se da nova metodologia disponibilizada pela SPI.

III - Análise do desempenho

Programação Orçamentária

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	20204	243001

Programação de Despesas Correntes

R\$ 1,00

Origem dos Créditos Orçamentários	1 - Pessoal e Encargos Sociais		2 - Juros e Encargos da Dívida		3- Outras Despesas Correntes	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Dotação proposta pela UO						
	2.376.420	4.062.047	00	00	13.784.877	12.965.796
PLOA	2.376.420	4.062.047	00	00	13.784.877	12.965.796
LOA	2.376.420	4.062.047	00	00	11.562.189	10.456.553
Suplementares	850.011	20.000	00	00	267.940	1.543.533
Total	3.226.431	4.082.047			11.830.129	12.000.086

**Programação de Despesas de Capital****R\$ 1,00**

Origem dos Créditos Orçamentários	4 - Investimentos		5 - Inversões Financeiras		6- Outras Despesas de Capital	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Exercícios						
Dotação proposta pela UO	1.330.000	580.000	0	0	0	0
PLOA	1.330.000	580.000	0	0	0	0
LOA	1.330.000	580.000	0	0	0	0
Suplementares	0	1.215.000	0	0	0	0
Créditos Cancelados	325.000	0	0	0	0	0
Outras Operações	0	0	0	0	0	0
Total	1.655.000	1.795.000	0	0	0	0

Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa**R\$1,00**

Natureza da Movimentação de Crédito	UG concedente ou recebedora	Classificação da ação	Despesas Correntes		
			1 - Pessoal e Encargos Sociais	2 - Juros e Encargos da Dívida	3 - Outras Despesas Correntes
Movimentação Interna	Concedidos	0	0	0	0
	Recebidos	0	0	0	0
Movimentação Externa	Concedidos	153163	0	0	176.000
	Recebidos	154040	0	0	100.000

As movimentações se referem a descentralizações de créditos para a Universidade Federal de Santa Catarina e Fundação Universidade de Brasília-FUB.

O objeto da transferência para a Universidade Federal de Santa Catarina, é revisar e validar o Padrão Brasileiro de Assinatura Digital, a ser desenvolvido pelo LABSEC - Laboratório de Segurança em Computação e promover melhorias no criptossistema..

A parceria com a Fundação Universidade de Brasília visa ampliar o conhecimento da sociedade no uso do software livre voltado à certificação digital e disseminá-lo inclusive no setor público.

O ITI, por meio do projeto Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC), acaba de desenvolver módulos que permitem ao administrador de diversos aplicativos de gerenciamento de conteúdo - os conhecidos CMS (*Content Management Systems*) em PHP (*Hipertext Preprocessor*) - substituir a tradicional dupla login-senha pelo uso de certificados digitais no padrão X509.



Execução Orçamentária

Despesas por Modalidade de Contratação

R\$ 1,00

Modalidade de Contratação	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada	
	2008	2009	2008	2009
Licitação	3.622.295	4.125.313	3.622.295	4.125.313
Convite	0,00	0,00	0,00	0,00
Tomada de Preços	0,00	0,00	0,00	0,00
Concorrência	0,00	0,00	0,00	0,00
Pregão	3.622.295	4.125.313	3.622.295	4.125.313
Concurso	0,00	0,00	0,00	0,00
Consulta	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratações Diretas	6.588.585	7.245.103	6.588.585	7.245.103
Dispensa	5.807.537	6.354.539	5.807.537	6.354.539
Inexigibilidade	781.048	890.564	781.048	890.564
Suprimento de Fundos	3.588	4.917	3.588	4.917
Pagamento de Pessoal	3.421.639	3.751.251	3.421.639	3.751.251
Pagamento em Folha	3.359.740	3.596.473	3.359.740	3.596.473
Diárias	61.899	154.778	61.899	154.778
Outros	292.301	244.617	292.301	244.617

Despesas de Capital por Grupo e Elemento de Despesa

R\$ 1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
4 - Investimentos	672.431	938.831	672.431	938.831	437.843	913.932	235.288	24.899
4.4.9.0.52.00	672.431	938.831	672.431	938.831	437.843	913.932	235.288	24.899

Despesas Correntes por Grupo e Elemento de Despesa

R\$1,00

Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
Despesas de Pessoal	3.548.437	3.930.473	3.548.437	3.930.473	188.697	334.000	3.359.740	3.596.473
3.1.9.0.11.00	1.843.503	1.879.629	1.843.503	1.879.629	0	0	1.843.503	1.879.629
3.1.9.0.13.00	3.904	71.904	3.904	71.904	0	34.000	3.904	37.904
3.1.9.0.16.00	32.278	23.663	32.278	23.663	0	0	32.278	23.663
3.1.9.0.91.00	0,00	18.997	0,00	18.997	0	0	0,00	18.997



Grupos de Despesa	Despesa Empenhada		Despesa Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2008	2009	2008	2009	2008	2009	2008	2009
3.1.9.0.92.00	28.566	311	28.566	311	0		28.566	311
3.1.9.0.96.00	1.414.649	1.673.211	1.414.649	1.673.211	188.697	300.000	1.225.952	1.373.211
3.1.9.1.00.00	225.537	262.758	225.537	262.758	0	0	225.537	262.758
2 - Juros e Encargos da Dívida	0	0	0	0	0	0	0	0
3- Outras Despesas Correntes	10.145.068	11.915.661	11.331.036	10.145.068	306.442	1.079.764	9.838.626	10.835.897
3.3.5.0.39.00	2.202	3.220	2.202	3.220	320	338	1.882	2.882
3.3.9.0.08.00	855	71	855	71	0	0	855	71
3.3.9.0.14.00	61.899	154.778	61.899	154.778	0	0	61.899	154.778
3.3.9.0.30.00	129.434	54.630	129.434	54.630	15.340	10.748	114.094	43.882
3.3.9.0.33.00	124.319	228.492	124.319	228.493	11.866	0	112.453	228.493
3.3.9.0.35.00	0	1.053	0	1.053	0	0	0	1.053
3.3.9.0.36.00	36.210	68.790	36.210	68.790	2.367	0	33.843	68.790
3.3.9.0.37.00	2.224.164	2.664.657	2.224.164	2.664.657	50.960	217.569	2.173.204	2.447.088
3.3.9.0.39.00	7.281.833	8.390.061	7.281.833	8.390.061	218.876	840.598	7.062.957	7.549.463
3.3.9.0.46.00	36.190	34.285	36.190	34.285	0	0	36.190	34.285
3.3.9.0.47.00	60.907	65.450	60.907	65.450	0	0	60.907	65.450
3.3.9.0.49.00	4.227	3.423	4.227	3.423	0	0	4.227	3.423
3.3.9.0.92.00	39	50.289	39	50.289	0	0	39	50.289
3.3.9.0.93.00	76.880	68.212	76.880	68.212	1.992	1.800	74.888	66.412
3.3.9.1.00.00	105.909	128.249	105.909	128.249	4.721	8.711	101.188	119.538

3. Informações sobre Recursos Humanos da Unidade, contemplando as seguintes perspectivas:

3.1 Composição dos Recursos Humanos

O Instituto não possui quadro próprio de pessoal. Os recursos humanos existentes são ocupados por servidores requisitados de outros órgãos da administração federal e estadual, regidos pela lei nº 8.112/90 e CLT, tendo ainda servidores sem vínculo empregatício e aposentados, todos nomeados para cargo ou função de confiança, além de prestadores de serviços terceirizados.

Considerando a inexistência do quadro próprio, não foi preenchido as colunas "Lotação Autorizada" e "Lotação Ideal".



Composição do Quadro de Recursos Humanos								
Situação apurada em 31/12/2009								
Regime do Ocupante do Cargo		Lotação Efetiva	Lotação Autorizada	Lotação Ideal				
Requisitados de Governo Estadual - RJ		01						
Requisitados- Lei 8112/90		16						
Servidores aposentados nomeados 8112/90		05						
Servidores nomeados sem vínculos		08						
Requisitados -CLT sem ônus		03						
Requisitados-CLT ônus ressarcido		04						
Servidor aposentado-CLT		01						
Terceirizados		81						
Total		119						
DESPESAS COM PESSOAL								
TIPOLOGIA	Qtd.	Vencimentos e vantagens fixas	Outras Desp. Variáveis	Sentenças Judiciais	Desp. Exerc. Anteriores	Obrigações Patronais		
Requisitados sem ônus e sem vínculo								
2007	40	1.556.424,26	25.498,35	0,00	1.387,04	1.952,16		
2008	39	1.843.502,52	32.277,83	0,00	28.565,68	3.904,32		
2009	38	1.879.628,86	23.663,17	18.996,59	311,60	37.904,32		
Requisitados com ônus para o ITI								
2007	06	997.572,64	0,00	0,00	0,00	0,00		
2008	05	1.225.951,57	0,00	0,00	0,00	0,00		
2009	06	1.373.210,64	0,00	0,00	0,00	0,00		
QUADRO TERCEIRIZADO								
Exercício	Conservação e Vigilância		Apoio Administrativo		Atividades de Área-fim		Estagiários	
	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo	Qtd.	Custo
2007	20	515.577,95	40	1.444.547,22	00	0,00	08	23.032,56
2008	20	713.930,94	44	1.459.273,17	00	0,00	08	31.222,86
2009	20	873.471,82	51	1.573.616,37	00	0,00	09	68.085,74

3.3 Indicadores gerenciais e Análise crítica sobre a situação dos recursos humanos - Não se aplica visto que o Instituto ainda não dispõe de quadro de pessoal próprio.



4. Reconhecimento de Passivos por insuficiência de créditos ou recursos - No decorrer do exercício de 2009 não houve registros na conta 2.1.2.1.1.11.00, por insuficiência de créditos/recursos.

5. Informações sobre a inscrição de Restos a Pagar no exercício e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

5.1. Execução de Restos a Pagar no Exercício por ano de inscrição no SIAFI

Restos a Pagar não Processados

R\$ 1,00

Ano de Inscrição	Inscritos	Inscrição exercícios anteriores	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	3.613.499	0,00	320.215	3.220.197	73.087
2008	1.664.787	73.087	334.734	1.323.788	79.352
2009	932.282	79.352	230.600	769.662	11.372

A inscrição de empenhos em Restos a Pagar não Processados se referem, em sua maioria, a contratos firmados com preços estimados.

O saldo de Restos a Pagar a Liquidar, inclusive de exercícios anteriores se referem a algumas pendências por parte de nossos fornecedores, que impediram a liquidação por esta Autarquia, de despesas compromissadas.

Restos a Pagar Processados

R\$ 1,00

Ano de Inscrição	Inscritos	Cancelados	Pagos	A pagar
2007	0,00	0,00	0,00	0,00
2008	53.041	0,00	0,00	53.041
2009	12.056	12.056	0,00	0,00



6. Informações sobre as transferências mediante convênio, acordo, ajuste, termo de parceria ou outros instrumentos congêneres , bem como a título de subvenção, auxílio ou contribuição - Não se aplica. As movimentações ocorridas foram em decorrência das Transferências de Descentralizações de Créditos mencionadas no quadro **“Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa”**

7. Entidades Fechadas de Previdência Complementar - O Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não conta com entidades fechadas de previdência complementar .

8. Projetos e Programas Financiados com Recursos Externos - No decorrer do exercício de 2009, o Instituto Nacional de Tecnologia da Informação não foi contemplado com recursos externos.

9. Renúncia Tributária - Não houve renúncia tributária no âmbito deste Instituto.

10. Informações sobre providências adotadas para dar cumprimento às determinações e recomendações do TCU expedidas no exercício ou as justificativas para o caso de não cumprimento - Em 2008, o TCU por meio item 5.3.2 da Acórdão nº 1201/2008-TCU - Segunda Câmara, determinou ao ITI que:

“Proceda o ressarcimento do pagamento de diárias efetuadas indevidamente ao colaborador a época, Edgard Leonardo Piccino, no valor de R\$ 3.755,31, correspondente às Ordens Bancárias de números 2005OB900466 e 2005OB900580, emitidas no exercício de 2005 (subitem 6.6.1 da instrução de fls. 419/452)”;

Por meio do Ofício nº 132/2008-GAB/ITI/PR, o Instituto solicitou uma revisão do procedimento determinado no item 5.3.2 do citado acórdão, tendo o Tribunal de Contas da União reconsiderado o recurso interposto, e conforme Acórdão nº 6316/2009 - TCU - Segunda Câmara, tornou insubsistente a determinação constante no item 5.3.2. do acórdão 1.201/2008-TCU-Segunda Câmara.

11. Informação quanto ao efetivo encaminhamento ao órgão de controle interno dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como aos atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere o Relatório de Gestão, nos termos do art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 - Não houve procedimentos dessa natureza, no âmbito deste Instituto, em decorrência da ausência de quadro de pessoal próprio.



12. Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos, bem como sobre convênios, contratos de repasse e termos de parceria firmados estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria - SICONV, conforme estabelece o art. 19, da Lei nº 11.768, de 14 de agosto de 2008.

DECLARAÇÃO			
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação		Código da UG: 243001	
<p>Declaro que as informações referentes a Contratos, bem como Convênios, Contratos de Repasse, firmados pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação, estão disponíveis e atualizados, respectivamente no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais - SIASG.</p> <p>Declaro ainda, que no exercício de 2009, esta Autarquia não realizou nenhum Convênio e nem Termo de Parceria, portanto não tendo nenhum registro no SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei 11.768, de 14 de agosto 2008.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Brasília-DF	Data	08/03/2010
Responsável	Nathércia Maria Ribeiro de Almeida	Área	Licitações e Contratos

13. Outras informações consideradas, pelos responsáveis, relevantes para demonstrar a conformidade e o desempenho da gestão

A ICP - Brasil foi criada com o objetivo de regulamentar a utilização de Certificação Digital no país. Compete ao ITI executar as políticas de certificação e as normas técnicas e operacionais estabelecidas pelo Comitê Gestor da ICP - Brasil, bem como realizar os processos de credenciamento, fiscalização e auditoria das entidades que compõem a ICP - Brasil, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de confiança que a sociedade deposita nessa infra-estrutura.

Ao longo do ano o ITI continuou seu trabalho de popularização e massificação do uso de certificados digitais ICP - Brasil no país, mediante a ampliação da infra-estrutura

propriamente dita, no fomento e na realização e/ou participação de eventos promocionais da tecnologia, bem como no apoio ao desenvolvimento de projetos e aplicações envolvendo certificação digital ICP - Brasil. O objetivo é levar ao conhecimento dos vários segmentos da sociedade as possibilidades que a certificação digital pode oferecer para a melhoria de vida do cidadão, permitindo aperfeiçoar a gestão de processos, tanto públicos como privados, imprimindo eficiência, agilidade e redução de custos, associados a aumento nos aspectos de segurança.

Em 2008, com a edição do Decreto nº 6.605, de 14 de outubro de 2008, o modelo de governança do Comitê Gestor da ICP - Brasil sofreu alterações, trazendo como novidade a atribuição ao ITI do papel de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor da ICP - Brasil. No exercício de 2009, o ITI organizou e realizou diversas reuniões do Comitê Gestor da ICP - Brasil e de sua Comissão Executiva - COTEC, com a aprovação de várias Resoluções e Instruções Normativas.

Em 2009, o 7º CertForum foi realizado nas cidades de Brasília, São Paulo, Porto Alegre, Rio de Janeiro e Belém. Destaca-se a ampliação do evento para estas três últimas localidades. O total de participantes inscritos nas cinco etapas atingiu cerca de 3.000 pessoas. Os fóruns regionais são importantes porque buscam atender à demanda pelo debate de temas específicos e interesses mais imediatos de cada região.

A grande novidade ficou por conta da união do 7º CertForum com o Encontro Nacional de Identificação. A junção desses dois eventos possibilitou e incentivou o debate em relação à identificação digital. A certificação digital e identidade civil são projetos que caminham juntos para viabilizar a identidade digital, dando maior segurança nas transações e serviços realizados via rede mundial de computadores. É notório o interesse dos participantes sobre o Registro de Identidade Civil (RIC), que está na fase de implantação de pilotos em alguns estados. Afinal, identificação segura é uma questão de cidadania.

Em 2009, a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira esteve consolidada em 35 Autoridades Certificadoras (AC) credenciadas e 1 (uma) em processo de credenciamento; 206 (duzentas e seis) Autoridades de Registro (AR) credenciadas e 2 (duas) em processo de credenciamento; e 11 (onze) Prestadores de Serviço de Suporte (PSS) credenciados.

O ambiente da AC-Raiz, de alta criticidade, opera a uma taxa de 99,99% de disponibilidade, durante 24 horas por dia, 7 dias por semana e 365 dias por ano, com o objetivo de manter a qualidade dos serviços prestados e o nível de segurança, de acordo com os padrões definidos pela ICP-Brasil.

A utilização da certificação digital pela sociedade brasileira continuou avançando de forma expressiva em 2009, merecendo destaque as seguintes ações:

a) continuidade da modernização do Judiciário, amparada pela Lei 11.419, de 19.12.2006, que regulamentou a informatização dos processos judiciais, facilitou o trabalho

de juízes de todo o País, ao permitir a utilização da versão eletrônica dos autos, agilizando sua rotina e economizando tempo e papel;

b) a adoção pela Receita Federal da certificação digital (e-cpf e e-cnpj) em vários de seus serviços, a exemplo, e-CAC, SPED, da ampliação do projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nf-e) e diversas declarações (DIPJ, DIRF, DCTF, etc.). A ampliação do projeto Nota Fiscal Eletrônica (Nfe), é uma parceria da Receita Federal do Brasil com as Secretarias de Receita estaduais, que fornece ao contribuinte uma forma prática, segura e de baixo custo para a emissão de suas notas fiscais. Em 2009, foram emitidas mais de 682 milhões de notas fiscais eletrônicas, representando mais de 9 (nove) trilhões de reais transacionados. Hoje, onze setores econômicos brasileiros estão obrigados a emitir notas fiscais eletrônicas;

c) regulamentação do processo judicial eletrônico, através das Leis 11.280/2006 e 11.419/2006, ora em processo de expansão para todos as cortes judiciais do país, com destaque para as Autoridades Certificadoras AC-JUS e demais autoridades certificadoras dessa cadeia e a Autoridade Certificadora AC-OAB;

d) avanços da certificação digital no setor bancário, com aplicações que abrangem o Sistema de Pagamentos Brasileiro, a regulamentação pelo Banco Central do Brasil dos contratos de câmbio eletrônicos e os serviços de *Internet Banking* de bancos do porte do Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal, dentre outros;

e) aplicações internas nas administrações públicas dos três poderes e das três esferas, como por exemplo, o SCDP - Sistema de Concessão de Diárias e Passagens, COMPRASNET, SIDOF - Sistema de Geração e Tramitação de Documentos Oficiais, SISCOMEX - Sistema Integrado de Comércio Exterior, etc..

f) aplicações de governo eletrônico voltadas ao cidadão como emissão de passaportes, o PROUNI, GESP - Sistemas de Gestão Eletrônica de Segurança Privada da Polícia Federal, SABESP, IMESP - Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, etc., e

g) instituição do Registro de Identidade Civil (RIC), por meio da Lei nº 12.058, que institui o Cadastro Nacional de Identificação Civil (CNIC) e o número único de Registro de Identidade Civil, com a participação dos Estados e do Distrito Federal no Sistema Nacional de Registro de Identificação Civil. A referida Lei estabelece ainda requisitos mínimos para a sua implementação, valendo-se do uso de Cartões Inteligentes (*Smart Cards*) como suporte à certificação digital padrão ICP-Brasil.

O Instituto também deu continuidade às ações de fomento à pesquisa e desenvolvimento sobre certificação digital junto às universidades. Destacando-se o trabalho desenvolvido em colaboração com a Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC e a Universidade Federal de São Carlos - UFSCar para criação do padrão de assinaturas digitais da ICP-Brasil. O padrão criado propicia a garantia de validade e interoperabilidade de assinaturas digitais postadas em documentos e transações eletrônicas a longo prazo, fato de extrema relevância, na medida que, cada dia, mais e mais documentos e transações

eletrônicas assinadas digitalmente são realizadas no País.

Em 2009, o Programa João de Barro, que desenvolve sistemas nacionais para compor a plataforma tecnológica da AC-Raiz da ICP-Brasil, agregando maior segurança e reforçando a soberania nacional com o uso de tecnologia própria, continuou fazendo melhorias evolutivas na plataforma desenvolvida em produção na AC-Raiz.

O Instituto ainda disponibiliza os sistemas desenvolvidos aos segmentos interessados, visando incentivar a indústria nacional e a formar massa crítica de conhecimento no País acerca de segurança da informação e da certificação digital. O sucesso desta iniciativa trouxe benefícios para a Administração Pública Federal Brasileira, pois soluções da espécie estão sendo utilizadas na Autoridade Certificadora da Receita Federal do Brasil, AC-JUS e SERPRO.

O Programa Nacional de Homologação de Sistemas e Equipamentos de Certificação Digital tem a missão de asseverar a plena aderência dos dispositivos usados na ICP - Brasil aos padrões mínimos de segurança e garantir a interoperabilidade entre eles. O ITI, por meio da Instrução Normativa nº 03, de 22 de outubro de 2008, tornou obrigatória, a partir de 1º de janeiro de 2011, a homologação dos dispositivos de hardware utilizados na certificação digital ICP - Brasil. Assim, em 2009, 9 (nove) empresas se habilitaram à homologação e 20 (vinte) produtos encontram-se em processo de avaliação de conformidade.

O Comitê Gestor da ICP - Brasil aprovou em novembro de 2008 um conjunto de resoluções (58 a 62) que regulamentam o Sistema de Carimbo do Tempo da ICP - Brasil. Tal sistema tem o ITI como a Entidade de Auditoria de Tempo - EAT, portanto, órgão raiz da cadeia de certificação do tempo para a ICP - Brasil. Nesse papel cabe ao ITI propagar e auditar a hora legal brasileira obtida a partir do Observatório Nacional e disseminada às Autoridades Certificadoras de Tempo - ACTs, estas últimas, credenciadas e auditadas pelo ITI e responsáveis pela emissão dos carimbos do tempo para a sociedade em geral. Para tanto, foram necessários investimentos para a infra-estrutura do Carimbo de Tempo (hardware e software), que consumiram recursos da ordem de R\$ 907.931,80.

Inclusão Digital

O Projeto Casa Brasil é uma iniciativa governamental que tem como meta implantar um conjunto de unidades operacionais para inclusão digital e social. As unidades Casa Brasil estão sendo implantadas em todo o território nacional, em localidades de baixo IDH - Índice de Desenvolvimento Humano, em parceria com organizações selecionadas dentre ONG, Fundações, OSCIP, Prefeituras, Universidades e Governos Estaduais.

O ITI exerceu a função de Secretaria Executiva do Comitê Gestor Executivo do Projeto Casa Brasil até outubro/2009, tendo, por força de Decreto, transferido a referida Secretaria para o Ministério de Ciência e Tecnologia - MCT.



Software Livre

O CDTC - Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento é um projeto que tem como objetivo propor a união de esforços entre o setor público, privado e as universidades, com o intuito de ampliar o conhecimento da sociedade no uso do software livre voltado à certificação digital.

O Centro de Difusão de Tecnologia e Conhecimento (CDTC), projeto do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI), acaba de desenvolver módulos que permitem ao administrador de diversos aplicativos de gerenciamento de conteúdo - os conhecidos CMS (*Content Management Systems*) em PHP (*Hipertext Preprocesor*) - substituir a tradicional dupla login-senha pelo uso de certificados digitais no padrão X509.

No que se refere aos indicadores de gestão, sob os aspectos da aplicação da economia, eficiência e transparência visando, sobretudo o interesse público, a avaliação da gestão do presente exercício é satisfatória, haja vista os resultados alcançados.

Em relação ao Programa “Certificação Digital”, apresentamos no decorrer deste Relatório muitas realizações. Mais um ano se encerra e o ITI, no transcorrer de 2009, procurou dar estrito cumprimento às metas propostas dentro dos princípios formais vigentes na Administração Pública, bem como o aprimoramento e implementação de normas internas que refletissem o sucesso dos objetivos traçados e planejados.

Tendo como norte os princípios constitucionais da eficiência, eficácia e economicidade, procurou este Instituto, com a colaboração de todos os seus servidores, cumprir as metas que lhe foram atribuídas, apesar da diminuta estrutura organizacional, da insuficiência de recursos humanos e da inexistência de quadro de pessoal próprio.

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS DA GESTÃO

1. Declaração do contador responsável pela unidade jurisdicionada

DECLARAÇÃO PLENA	
UG: Instituto Nacional de Tecnologia da Informação	Código da UG: 243001
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do Sistema SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais,	



previstos na Lei n.º 4.320, de 17 de março de 1964) refletem a adequada situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão.

Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.

Local	Brasília-DF	Data	01/03/2010
Contador Responsável	José Dornelas Batista	CRC nº	7.089 - DF

Brasília, 31 de março de 2010.

Renato da Silveira Martini
Diretor-Presidente